



TESOURO NACIONAL

Boletim

2026

Maio

Resultado do Tesouro Nacional

Vol. 32, N.5 – Publicado em 29/06/2026



Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria do Tesouro Nacional

Daniel Cardoso Leal

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

David Rebelo Athayde

Subsecretários

Francisco Onivaldo de Oliveira Segundo

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Luiz Fernando Alves

Maria Betânia Gonçalves Xavier

Paulo Moreira Marques

Rafael Rezende Brigolini

Suzana Teixeira Braga

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Bruno Orsi Teixeira

Gabriela Lopes Souto

Guilherme Furtado de Moura

José de Anchieta Semedo Neves

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)**Arte:** Hugo Pullen**Telefone:** (61) 3412-1843**E-mail:** ascom@tesouro.gov.br**Disponível em:** www.tesourotransparente.gov.br

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 32, n. 5 (Maio, 2026). –

Brasília: STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Panorama Geral - Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Tabela 1 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – mês contra mesmo mês do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Maio		Variação (2026/2025)		
	2025	2026	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	231.886,3	256.223,4	24.337,1	10,5%	5,5%
2. Transf. por Repartição de Receita	52.749,1	58.246,7	5.497,6	10,4%	5,4%
3. Receita Líquida (I-II)	179.137,1	197.976,6	18.839,5	10,5%	5,5%
4. Despesa Total	219.386,0	251.233,3	31.847,3	14,5%	9,4%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-40.248,9	-53.256,7	-13.007,8	32,3%	26,3%
Resultado do Tesouro Nacional	15.709,3	7.254,2	-8.455,1	-53,8%	-55,9%
Resultado do Banco Central	197,1	143,7	-53,4	-27,1%	-30,4%
Resultado da Previdência Social	-56.155,2	-60.654,6	-4.499,3	8,0%	3,1%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	15.906,4	7.397,9	-8.508,5	-53,5%	-55,6%

Em maio de 2026, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 53,3 bilhões ante um deficit de R\$ 40,2 bilhões em maio de 2025. Em termos reais, a receita líquida apresentou um acréscimo de R\$ 10,4 bilhões (+5,5%), enquanto a despesa total registrou um aumento de R\$ 21,5 bilhões (+9,4%), quando comparadas a maio de 2025.

Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês

Tabela 2 – Resultado Mês Contra Mês – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Maio		Variação Nominal		Variação Real	
		2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		231.886,3	256.223,4	24.337,1	10,5%	13.381,2	5,5%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		143.035,5	165.387,3	22.351,8	15,6%	15.593,8	10,4%
1.1.1 Imposto de Importação	1	7.348,0	9.027,5	1.679,5	22,9%	1.332,3	17,3%
1.1.2 IPI		6.998,7	8.086,8	1.088,1	15,5%	757,4	10,3%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	2	73.452,2	79.470,3	6.018,1	8,2%	2.547,7	3,3%
1.1.4 IOF	3	5.964,5	8.147,7	2.183,3	36,6%	1.901,5	30,4%
1.1.5 COFINS	4	27.961,5	31.974,7	4.013,3	14,4%	2.692,1	9,2%
1.1.6 PIS/PASEP		8.075,3	8.779,0	703,6	8,7%	322,1	3,8%
1.1.7 CSLL	5	9.898,9	14.166,7	4.267,8	43,1%	3.800,1	36,7%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		302,3	244,0	-58,2	-19,3%	-72,5	-22,9%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	6	3.034,0	5.490,4	2.456,4	81,0%	2.313,1	72,8%
1.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	7	55.895,3	61.610,4	5.715,0	10,2%	3.074,1	5,3%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		32.955,5	29.225,8	-3.729,7	-11,3%	-5.286,8	-15,3%
1.4.1 Concessões e Permissões		687,2	909,6	222,5	32,4%	190,0	26,4%
1.4.2 Dividendos e Participações	8	9.180,8	2.268,1	-6.912,7	-75,3%	-7.346,5	-76,4%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.544,1	1.559,6	15,5	1,0%	-57,4	-3,6%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	9	7.168,8	13.848,6	6.679,7	93,2%	6.341,0	84,5%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		1.528,8	1.568,9	40,1	2,6%	-32,1	-2,0%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		2.851,9	3.040,0	188,1	6,6%	53,3	1,8%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	4,9	4,9	-	4,9	-
1.4.8 Demais Receitas	10	9.993,8	6.025,9	-3.967,9	-39,7%	-4.440,1	-42,4%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		52.749,1	58.246,7	5.497,6	10,4%	3.005,4	5,4%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE		40.564,1	43.299,3	2.735,2	6,7%	818,7	1,9%
2.2 Fundos Constitucionais		1.443,3	1.827,7	384,5	26,6%	316,3	20,9%
2.2.1 Repasse Total		2.719,2	2.701,1	-18,1	-0,7%	-146,5	-5,1%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-1.275,9	-873,4	402,5	-31,5%	462,8	-34,6%
2.3 Contribuição do Salário Educação		1.660,4	1.828,5	168,1	10,1%	89,6	5,2%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	11	9.032,5	11.248,4	2.215,9	24,5%	1.789,2	18,9%
2.5 CIDE - Combustíveis		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.6 Demais		48,9	42,8	-6,1	-12,5%	-8,4	-16,5%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		179.137,1	197.976,6	18.839,5	10,5%	10.375,8	5,5%
4. DESPESA TOTAL		219.386,0	251.233,3	31.847,3	14,5%	21.481,9	9,4%
4.1 Benefícios Previdenciários	12	112.050,6	122.264,9	10.214,4	9,1%	4.920,3	4,2%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais		32.668,7	33.494,9	826,1	2,5%	-717,4	-2,1%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		31.348,0	34.848,2	3.500,2	11,2%	2.019,1	6,2%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego		9.684,9	11.136,4	1.451,4	15,0%	993,8	9,8%
4.3.2 Anistiados		16,2	16,8	0,6	3,6%	-0,2	-1,1%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM		200,3	1,3	-198,9	-99,3%	-208,4	-99,4%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		72,0	123,7	51,8	71,9%	48,4	64,2%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		10.391,7	11.345,8	954,2	9,2%	463,2	4,3%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	4,9	4,9	-	4,9	-
4.3.7 Créditos Extraordinários	13	356,7	2.275,8	1.919,1	538,1%	1.902,3	509,3%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		28,8	32,8	4,0	14,0%	2,7	8,9%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		4.297,6	4.860,9	563,4	13,1%	360,3	8,0%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		503,6	526,9	23,3	4,6%	-0,5	-0,1%
4.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		1.710,0	1.837,9	128,0	7,5%	47,2	2,6%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		332,1	332,0	0,0	0,0%	-15,7	-4,5%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		202,7	414,5	211,8	104,5%	202,2	95,2%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	14	3.220,2	1.667,9	-1.552,3	-48,2%	-1.704,4	-50,5%
4.3.16 Transferências ANA		5,4	28,6	23,2	428,6%	23,0	404,8%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		132,1	126,5	-5,5	-4,2%	-11,8	-8,5%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		193,9	115,2	-78,7	-40,6%	-87,8	-43,3%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	-	-	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		43.318,7	60.625,3	17.306,6	40,0%	15.259,9	33,6%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		30.930,2	30.964,8	34,5	0,1%	-1.426,8	-4,4%
4.4.2 Discricionárias	15	12.388,5	29.660,5	17.272,1	139,4%	16.686,7	128,6%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-40.248,9	-53.256,7	-13.007,8	32,3%	-11.106,2	26,3%

Nota 1 – Imposto de Importação (+R\$ 1.332,3 milhões / +17,3%): o resultado conjugou crescimentos de 8,5% no valor em dólar (volume) das importações e de 28,9% da alíquota média efetiva, parcialmente compensados pelo decréscimo na taxa de câmbio.

Nota 2 – Imposto sobre a Renda (+R\$ 2.547,7 milhões / +3,3%): este aumento refletiu, principalmente, a conjugação dos seguintes fatores: i) elevação do IRPF (+R\$ 4,5 bilhões), que decorre, principalmente, do acréscimo real de 19,1% na arrecadação relativa às Quotas de Declaração de Ajuste Anual; ii) crescimento real do IRPJ (+R\$ 4,5 bilhões), explicado pelos recolhimentos atípicos na estimativa mensal; e, iii) redução do IRRF (-R\$ 6,4 bilhões), concentrado principalmente no IRRF-Rendimentos do Trabalho (-R\$ 4,8 bilhões).

Nota 3 – IOF (+R\$ 1.901,5 milhões / +30,4%): explicado, majoritariamente, pelo aumento nos recolhimentos associados às operações de crédito e de saída de moeda estrangeira. Esta dinâmica tem refletido as alterações legislativas previstas no Decreto nº 12.499, de junho de 2025.

Nota 4 – Cofins (+R\$ 2.692,1 milhões / +9,2%): o resultado do mês conjugou os crescimentos de 1,4% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 1,9% no volume de serviços (PMS-IBGE) entre abril de 2026 e abril de 2025, além do resultado positivo dos serviços financeiros, fatores parcialmente compensados pelas desonerações temporárias sobre diesel, biodiesel e querosene de aviação

Nota 5 – CSLL (+R\$ 3.800,1 milhões / +36,7%): ver na **Nota 2** os fatores explicativos do IRPJ.

Nota 6 – Outras Receitas Administradas pela RFB (+R\$ 2.313,1 milhões / +72,8%): resultado explicado, principalmente, pelos aumentos na arrecadação do item CIDE-Remessas ao Exterior e no item Depósito Judicial – Outros. Adicionalmente, registrou-se arrecadação de R\$ 1,0 bilhão referente ao Imposto de Exportação incidente sobre óleo bruto, em razão da MP nº 1.340/2026.

Nota 7 – Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 3.074,1 milhões / +5,3%): explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento real de 4,3% da massa salarial habitual entre abril de 2025 e abril de 2026; ii) saldo positivo de 85.888 empregos em abril de 2026 (Novo Caged/MTE), dos quais 70 mil no setor de serviços; e, iii) reoneração escalonada da contribuição patronal dos Municípios e da folha de pagamentos a partir de janeiro de 2025 (Lei nº 14.973/2024).

Nota 8 – Dividendos e Participações (-R\$ 7.346,5 milhões / -76,4%): resultado explicado majoritariamente por menores recebimentos do BNDES (-R\$ 6,7 bilhões).

Nota 9 – Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 6.341,0 milhões / +84,5%): resultado do aumento na arrecadação da comercialização de petróleo pela PPSA e de royalties, impulsionado pela elevação no preço do petróleo Brent e pelo crescimento no volume de produção de petróleo, efeitos parcialmente mitigados pela apreciação da taxa de câmbio.

Nota 10 – Demais Receitas não Administradas (-R\$ 4.440,1 milhões / -42,4%): redução decorre de resgate de R\$ 5,3 bilhões (a preços de maio de 2026) do Fundo Garantidor de Operações - FGO e do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, realizados em maio de 2025, correspondente à devolução de recursos aportados pela União para viabilizar medidas de apoio durante a calamidade pública ocorrida no Rio Grande do Sul.

Nota 11 – Transferências de Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 1.789,2 milhões / +18,9%): ver na **Nota 9** a explicação para as receitas de exploração, que servem de base para estes repasses.

Nota 12 - Benefícios Previdenciários (+R\$ 4.920,3 milhões / +4,2%): variação positiva decorreu majoritariamente do aumento da base de segurados do RGPS e da política de valorização real do salário-mínimo.

Nota 13 – Créditos Extraordinários (+R\$ 1.902,3 milhões / +509,3%): aumento se deve, principalmente, ao impacto decorrente do aporte no FGI em maio de 2026, no âmbito das medidas para mitigar os impactos econômicos causados pelos conflitos no Oriente Médio (MP 1.353/2026).

Nota 14 – Subsídios, Subvenções e Proagro (-R\$ 1.704,4 milhões / -50,5%): diminuição concentrada no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), no valor de -R\$ 1,1 bilhão.

Nota 15 – Discricionárias (+R\$ 16.686,7 milhões / +128,6%): aumento da despesa concentrou-se nas funções Saúde (+R\$ 12,1 bilhões), Educação (+R\$ 1,3 bilhão) e Demais Funções (+R\$ 2,0 bilhões).

Panorama Geral - Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Acumulado do Ano Anterior

Tabela 3 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – acumulado contra acumulado do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Jan-Mai		Variação (2026/2025)		
	2025	2026	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	1.205.140,0	1.311.859,8	106.719,7	8,9%	4,3%
2. Transf. por Repartição de Receita	235.830,9	251.887,9	16.057,0	6,8%	2,4%
3. Receita Líquida (1-2)	969.309,1	1.059.971,9	90.662,7	9,4%	4,8%
4. Despesa Total	936.369,6	1.104.356,6	167.987,0	17,9%	13,0%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	32.939,5	-44.384,7	-77.324,3	-	-
Resultado do Tesouro Nacional	187.306,7	141.490,3	-45.816,5	-24,5%	-27,5%
Resultado do Banco Central	-77,1	-169,1	-92,0	119,3%	111,5%
Resultado da Previdência Social	-154.290,1	-185.705,9	-31.415,8	20,4%	15,3%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	187.229,6	141.321,2	-45.908,5	-24,5%	-27,5%

No período de janeiro a maio de 2026, o Governo Central registrou um déficit de R\$ 44,4 bilhões, ante um superávit de R\$ 32,9 bilhões no mesmo período de 2025. Em termos reais, a receita líquida apresentou um aumento de R\$ 49,2 bilhões (+4,8%) e a despesa total registrou uma alta de R\$ 128,9 bilhões (+13,0%) em 2026, quando comparadas aos cinco primeiros meses de 2025.

Resultado Primário do Governo Central Acumulado

Tabela 4 – Resultado Acumulado – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Jan-Mai		Variação Nominal		Variação Real	
		2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		1.205.140,0	1.311.859,8	106.719,7	8,9%	55.167,7	4,3%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		790.416,1	876.243,2	85.827,1	10,9%	52.154,8	6,2%
1.1.1 Imposto de Importação	1	37.325,6	42.054,4	4.728,8	12,7%	3.110,3	7,9%
1.1.2 IPI		35.107,1	36.597,3	1.490,1	4,2%	-25,4	-0,1%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	2	388.317,5	418.110,9	29.793,4	7,7%	13.082,8	3,2%
1.1.4 IOF	3	28.725,3	41.449,9	12.724,6	44,3%	11.661,0	38,4%
1.1.5 COFINS	4	151.214,8	168.834,1	17.619,3	11,7%	11.197,8	7,0%
1.1.6 PIS/PASEP		43.181,6	44.358,8	1.177,2	2,7%	-704,6	-1,5%
1.1.7 CSLL	5	87.252,8	96.656,6	9.403,7	10,8%	5.636,0	6,1%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		1.264,7	1.281,0	16,3	1,3%	-36,5	-2,7%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	6	18.026,6	26.900,2	8.873,7	49,2%	8.233,3	43,1%
1.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	7	272.955,9	302.207,6	29.251,7	10,7%	17.744,8	6,1%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		141.768,1	133.409,0	-8.359,1	-5,9%	-14.731,9	-9,8%
1.4.1 Concessões e Permissões		2.752,2	2.813,3	61,1	2,2%	-66,8	-2,3%
1.4.2 Dividendos e Participações	8	21.069,6	7.989,2	-13.080,4	-62,1%	-14.089,1	-63,6%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		6.493,2	7.594,6	1.101,5	17,0%	848,6	12,4%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	9	58.926,9	66.183,5	7.256,6	12,3%	4.589,0	7,4%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		10.043,6	8.209,2	-1.834,4	-18,3%	-2.298,6	-21,6%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		13.999,4	15.347,4	1.348,0	9,6%	756,4	5,1%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		10,4	33,4	22,9	219,9%	22,6	205,6%
1.4.8 Demais Receitas	10	28.472,8	25.238,4	-3.234,4	-11,4%	-4.494,0	-15,0%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		235.830,9	251.887,9	16.057,0	6,8%	6.009,7	2,4%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	11	186.873,8	199.571,2	12.697,4	6,8%	4.777,2	2,4%
2.2 Fundos Constitucionais		6.655,1	9.364,3	2.709,3	40,7%	2.458,6	34,9%
2.2.1 Repasse Total		12.792,8	13.165,4	372,6	2,9%	-183,6	-1,4%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-6.137,7	-3.801,0	2.336,7	-38,1%	2.642,2	-40,7%
2.3 Contribuição do Salário Educação		9.557,4	10.471,8	914,4	9,6%	508,0	5,0%
2.4 Exploração de Recursos Naturais		31.575,8	31.488,7	-87,1	-0,3%	-1.502,9	-4,5%
2.5 CIDE - Combustíveis		439,0	483,9	44,9	10,2%	26,4	5,7%
2.6 Demais		729,8	507,9	-221,9	-30,4%	-257,6	-33,3%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		969.309,1	1.059.971,9	90.662,7	9,4%	49.158,1	4,8%
4. DESPESA TOTAL		936.369,6	1.104.356,6	167.987,0	17,9%	128.912,1	13,0%
4.1 Benefícios Previdenciários	12	427.246,0	487.913,5	60.667,5	14,2%	42.658,4	9,5%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	13	152.097,1	177.559,5	25.462,4	16,7%	19.198,7	11,9%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		149.953,9	191.940,8	41.986,9	28,0%	35.898,9	22,6%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego		40.825,8	40.771,4	-54,4	-0,1%	-1.888,5	-4,4%
4.3.2 Anistiados		77,2	109,1	31,9	41,3%	29,1	35,7%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	14	3.067,5	223,4	-2.844,1	-92,7%	-3.024,8	-92,9%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		345,0	528,1	183,0	53,0%	170,0	46,6%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	15	51.848,4	57.321,5	5.473,1	10,6%	3.279,3	6,0%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		10,4	33,4	22,9	219,9%	22,6	205,7%
4.3.7 Créditos Extraordinários		1.396,9	3.684,8	2.287,9	163,8%	2.229,0	151,0%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		143,5	243,9	100,4	70,0%	95,9	63,3%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		26.401,2	29.498,4	3.097,2	11,7%	1.980,0	7,1%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		2.123,6	2.382,3	258,7	12,2%	174,6	7,8%
4.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		7.139,3	7.992,9	853,6	12,0%	552,7	7,3%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		1.660,3	1.660,1	-0,2	0,0%	-72,6	-4,1%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	16	1.705,0	36.761,5	35.056,5	-	35.425,7	-
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		11.518,9	9.155,0	-2.363,9	-20,5%	-2.880,6	-23,7%
4.3.16 Transferências ANA		5,8	29,5	23,6	405,7%	23,4	382,4%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		864,1	545,2	-318,9	-36,9%	-365,6	-39,9%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		820,9	1.000,4	179,5	21,9%	148,7	17,2%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	-	-	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		207.072,6	246.942,8	39.870,2	19,3%	31.156,1	14,2%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	17	150.769,3	153.521,9	2.752,7	1,8%	-3.809,4	-2,4%
4.4.2 Discricionárias	18	56.303,4	93.420,9	37.117,5	65,9%	34.965,4	58,8%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		32.939,5	-44.384,7	-77.324,3	-	-79.754,0	-

Nota 1 – Imposto de Importação (+R\$ 3.110,3 milhões / +7,9%): o resultado conjugou crescimentos de 5,2% no valor em dólar (volume) das importações e de 21,3% da alíquota média efetiva, parcialmente compensados pelo decréscimo na taxa de câmbio.

Nota 2 - Imposto sobre a Renda (+R\$ 13.082,8 milhões / +3,2%): variação decorrente da elevação do IRPF (+R\$ 4,9 bilhões), com acréscimo real 16,8% na arrecadação relativas às quotas de Declaração de Ajuste Anual; IRPJ (+R\$ 4,3 bilhões), com crescimento real na arrecadação do lucro presumido e da declaração de ajuste; IRRF (+R\$ 3,9 bilhões), com destaque para o IRRF- Rendimentos do Capital (+R\$ 8,3 bilhões), principalmente nos itens “aplicação de renda fixa” e “juros sobre capital próprio”, parcialmente compensado pelo IRRF - Rendimentos do Trabalho (-R\$ 5,4 bilhões).

Nota 3 – IOF (+R\$ 11.661,0 milhões / +38,4%): alta justificada pela expansão da arrecadação associada às operações de crédito e de saída de moeda estrangeira, dinâmica que tem refletido as alterações promovidas pelo Decreto nº 12.499, de junho de 2025, que ampliou a base de incidência do imposto.

Nota 4 – Cofins (+R\$ 11.197,8 milhões / +7,0%): crescimento causado por incrementos reais observados no volume de vendas (2,0% – PMC-IBGE) e no volume de serviços (2,5% – PMS-IBGE), entre dezembro de 2025 e abril de 2026, em relação ao período compreendido entre dezembro de 2024 e abril de 2025. Além disso, a recuperação de setores abrangidos pelo Perse e do setor de petróleo, o desempenho positivo dos segmentos de energia, serviços financeiros e Simples Nacional também impactaram a variação observada na arrecadação.

Nota 5 – CSLL (+R\$ 5.636,0 milhões / +6,1%): ver na **Nota 2** os fatores explicativos do IRPJ.

Nota 6 - Outras Receitas Administradas pela RFB (+R\$ 8.233,3 milhões / +43,1%): expansão motivada pelos maiores recolhimentos relativos ao item CIDE-Remessas ao Exterior, aos depósitos judiciais e à participação da União nas receitas de loteria. Também contribuíram para o incremento desta rubrica os recolhimentos derivados de recuperação de crédito por meio de transação tributária (R\$ 1,2 bilhão) e relativos ao imposto de exportação sobre óleo bruto, no valor de R\$ 1,0 bilhão (MP 1.340/2026).

Nota 7 – Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 17.744,8 milhões / +6,1%): a variação observada se ancorou no desempenho favorável do mercado de trabalho, refletido na expansão real de 3,5% da massa salarial no período dezembro/2025 a abril/2026 e na geração líquida de 699.762 empregos formais de janeiro a abril de 2026, conforme o Novo Caged/MTE. Adicionalmente, contribuíram para a variação observada o aumento real dos recolhimentos do Simples Nacional previdenciário e os efeitos da reoneração escalonada da contribuição patronal dos Municípios e da folha de pagamentos a partir de janeiro de 2025, conforme previsto na Lei nº 14.973/2024.

Nota 8 – Dividendos e Participações (-R\$ 14.089,1 milhões / -63,6%): a redução da rubrica refletiu, em grande parte, menores pagamentos por parte da BNDES (-R\$ 6,7 bilhões), Caixa (-R\$ 2,3 bilhões), Petrobras (-R\$ 2,0 bilhões) e Eletrobras (-R\$ 1,2 bilhão).

Nota 9 – Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 4.589,0 milhões / +7,4%): o resultado da arrecadação refletiu principalmente a elevação da receita de comercialização do petróleo e do gás natural pela Pré-Sal Petróleo S.A. e dos royalties, resultado da elevação dos preços do petróleo Brent e da produção.

Nota 10 – Demais Receitas (-R\$ 4.494,0 milhões / -15,0%): decorrente de resgate no FGO e FGI em maio de 2025, sem correspondente similar em maio de 2026.

Nota 11 – FPM/FPE/IPI-EE (+R\$ 4.777,2 milhões / +2,4%): o aumento acumulado relativo ao FPM / FPE / IPI-EE acompanhou o desempenho da arrecadação dos tributos que compõem a base de cálculo dessas transferências no período.

Nota 12 – Benefícios Previdenciários (+R\$ 42.658,4 milhões / +9,5%): o crescimento observado refletiu os pagamentos de sentenças judiciais e precatórios em março de 2026, que responderam por 59% da variação observada até maio de 2026. Outros fatores que contribuíram para o crescimento desta despesa foram o aumento do contingente de beneficiários do RGPS e o impacto da política de valorização real do salário-mínimo.

Nota 13 – Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 19.198,7 milhões / +11,9%): da variação observada, cerca de 48% pode ser atribuído às despesas com sentenças judiciais e precatórios, cuja torre de pagamentos em 2026 se concentrou no mês de março, enquanto em 2025 ocorreu em julho.

Nota 14 – Apoio Financeiro EE/MM (-R\$ 3.024,8 milhões / -92,9%): a redução foi explicada por compensações aos Estados pelas perdas na arrecadação de ICMS decorrentes da LC nº 194/2022 por meio de abatimento de dívidas nos cinco primeiros meses de 2025, sem contrapartida no mesmo período do ano corrente.

Nota 15 – Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV (+R\$ 3.279,3 milhões / +6,0%): resultado refletiu, conjuntamente, o pagamento concentrado de sentenças judiciais e precatórios efetuados em março de 2026, além do crescimento do número de beneficiários e da política de valorização real do salário-mínimo.

Nota 16 – Sentenças Judiciais e Precatórios – Custeio e Capital (+R\$ 35.425,7 milhões): o crescimento observado teve relação com o cronograma de pagamentos de sentenças judiciais e precatórios. Enquanto em 2026 a torre de pagamentos concentrou-se no mês de março, no ano anterior as despesas de natureza similar se concentraram em julho.

Nota 17 – Obrigatórias com Controle de Fluxo (-R\$ 3.809,4 milhões / -2,4%): a redução refletiu, majoritariamente, os menores pagamentos do Programa Bolsa Família (-R\$ 6,9 bilhões), cujo impacto foi parcialmente compensado pela elevação de despesas em ações da função Saúde (+R\$ 2,1 bilhões).

Nota 18 – Discricionárias (+R\$ 34.965,4 milhões / +58,8%): explicado, principalmente, pelo crescimento nos pagamentos nas ações de Saúde (+R\$ 15,6 bilhões), e de Educação (+R\$ 11,4 bilhões), em que se ressalta a integralização de R\$ 9,5 bilhões ao Fundo de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio - FIPEM.

Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil

R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Maio		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Mai		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL ^{1/}	231.886,3	256.223,4	24.337,1	10,5%	13.381,2	5,5%	1.205.140,0	1.311.859,8	106.719,7	8,9%	55.167,7	4,3%
1.1 - Receita Administrada pela RFB	143.035,5	165.387,3	22.351,8	15,6%	15.593,8	10,4%	790.416,1	876.243,2	85.827,1	10,9%	52.154,8	6,2%
1.1.1 Imposto sobre a Importação	7.348,0	9.027,5	1.679,5	22,9%	1.332,3	17,3%	37.325,6	42.054,4	4.728,8	12,7%	3.110,3	7,9%
1.1.2 IPI	6.998,7	8.086,8	1.088,1	15,5%	757,4	10,3%	35.107,1	36.597,3	1.490,1	4,2%	-25,4	-0,1%
1.1.2.1 IPI - Fumo	737,9	1.022,2	284,3	38,5%	249,4	32,3%	4.756,9	5.063,7	306,8	6,4%	104,2	2,1%
1.1.2.2 IPI - Bebidas	240,7	287,2	46,5	19,3%	35,1	13,9%	1.521,3	1.331,9	-189,4	-12,5%	-258,4	-16,1%
1.1.2.3 IPI - Automóveis	423,2	653,1	229,8	54,3%	209,8	47,3%	3.227,3	2.930,9	-296,4	-9,2%	-438,2	-12,8%
1.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	2.734,5	3.096,3	361,7	13,2%	232,6	8,1%	13.095,2	13.926,3	831,1	6,3%	256,7	1,9%
1.1.2.5 IPI - Outros	2.862,4	3.028,1	165,7	5,8%	30,5	1,0%	12.506,3	13.344,5	838,1	6,7%	310,3	2,3%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	73.452,2	79.470,3	6.018,1	8,2%	2.547,7	3,3%	388.317,5	418.110,9	29.793,4	7,7%	13.082,8	3,2%
1.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	25.546,5	31.203,9	5.657,4	22,1%	4.450,4	16,6%	36.731,2	43.324,3	6.593,1	17,9%	4.925,5	12,8%
1.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	16.263,7	21.540,0	5.276,3	32,4%	4.507,9	26,5%	152.274,5	163.225,5	10.951,0	7,2%	4.280,5	2,6%
1.1.3.3 I.R. - Retido na fonte	31.642,0	26.726,5	-4.915,6	-15,5%	-6.410,6	-19,3%	199.311,8	211.561,1	12.249,3	6,1%	3.876,8	1,8%
1.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	10.249,3	5.942,5	-4.306,8	-42,0%	-4.791,1	-44,6%	101.076,9	99.971,4	-1.105,4	-1,1%	-5.403,3	-5,0%
1.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	10.663,7	11.771,7	1.108,0	10,4%	604,2	5,4%	51.563,6	61.936,6	10.373,0	20,1%	8.293,0	15,2%
1.1.3.3.3 IRRF - Rendimentos de Residentes no Exterior	7.912,4	6.655,8	-1.256,6	-15,9%	-1.630,5	-19,7%	35.987,8	38.170,1	2.182,2	6,1%	633,4	1,7%
1.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	2.816,6	2.356,5	-460,2	-16,3%	-593,2	-20,1%	10.683,5	11.483,0	799,5	7,5%	353,7	3,1%
1.1.4 IOF	5.964,5	8.147,7	2.183,3	36,6%	1.901,5	30,4%	28.725,3	41.449,9	12.724,6	44,3%	11.661,0	38,4%
1.1.5 Cofins	27.961,5	31.974,7	4.013,3	14,4%	2.692,1	9,2%	151.214,8	168.834,1	17.619,3	11,7%	11.197,8	7,0%
1.1.6 PIS/Pasep	8.075,3	8.779,0	703,6	8,7%	322,1	3,8%	43.181,6	44.358,8	1.177,2	2,7%	-704,6	-1,5%
1.1.7 CSLL	9.898,9	14.166,7	4.267,8	43,1%	3.800,1	36,7%	87.252,8	96.656,6	9.403,7	10,8%	5.636,0	6,1%
1.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis	302,3	244,0	-58,2	-19,3%	-72,5	-22,9%	1.264,7	1.281,0	16,3	1,3%	-36,5	-2,7%
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	3.034,0	5.490,4	2.456,4	81,0%	2.313,1	72,8%	18.026,6	26.900,2	8.873,7	49,2%	8.233,3	43,1%
1.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	55.895,3	61.610,4	5.715,0	10,2%	3.074,1	5,3%	272.955,9	302.207,6	29.251,7	10,7%	17.744,8	6,1%
1.3.1 Urbana	55.039,1	60.789,2	5.750,0	10,4%	3.149,6	5,5%	268.930,5	298.345,5	29.415,0	10,9%	18.086,8	6,4%
1.3.2 Rural	856,2	821,2	-35,0	-4,1%	-75,4	-8,4%	4.025,4	3.862,1	-163,2	-4,1%	-342,0	-8,0%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	32.955,5	29.225,8	-3.729,7	-11,3%	-5.286,8	-15,3%	141.768,1	133.409,0	-8.359,1	-5,9%	-14.731,9	-9,8%
1.4.1 Concessões e Permissões	687,2	909,6	222,5	32,4%	190,0	26,4%	2.752,2	2.813,3	61,1	2,2%	-66,8	-2,3%
1.4.2 Dividendos e Participações	9.180,8	2.268,1	-6.912,7	-75,3%	-7.346,5	-76,4%	21.069,6	7.989,2	-13.080,4	-62,1%	-14.089,1	-63,6%
1.4.2.1 Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	1.835,1	835,7	-999,4	-54,5%	-1.088,9	-56,3%
1.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	195,8	383,4	187,6	95,8%	180,6	86,9%
1.4.2.3 BNDES	6.560,7	202,2	-6.358,6	-96,9%	-6.668,6	-97,1%	6.560,7	202,2	-6.358,6	-96,9%	-6.668,6	-97,1%
1.4.2.4 Caixa	0,0	582,0	582,0	-	582,0	-	2.771,0	582,0	-2.189,0	-79,0%	-2.327,5	-80,0%
1.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.6 Eletrobrás	597,9	86,2	-511,7	-85,6%	-540,0	-86,2%	1.174,3	86,2	-1.088,1	-92,7%	-1.159,1	-93,1%
1.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-

Discriminação	Maio		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Mai		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1.4.2.8 Petrobras	1.390,8	1.232,9	-158,0	-11,4%	-223,7	-15,4%	6.504,1	4.848,9	-1.655,2	-25,4%	-1.952,9	-28,5%
1.4.2.9 Demais	631,4	164,9	-466,5	-73,9%	-496,3	-75,1%	2.028,6	1.050,9	-977,7	-48,2%	-1.072,6	-50,4%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.544,1	1.559,6	15,5	1,0%	-57,4	-3,6%	6.493,2	7.594,6	1.101,5	17,0%	848,6	12,4%
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	7.168,8	13.848,6	6.679,7	93,2%	6.341,0	84,5%	58.926,9	66.183,5	7.256,6	12,3%	4.589,0	7,4%
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.528,8	1.568,9	40,1	2,6%	-32,1	-2,0%	10.043,6	8.209,2	-1.834,4	-18,3%	-2.298,6	-21,6%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.851,9	3.040,0	188,1	6,6%	53,3	1,8%	13.999,4	15.347,4	1.348,0	9,6%	756,4	5,1%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	4,9	4,9	-	4,9	-	10,4	33,4	22,9	219,9%	22,6	205,6%
1.4.8 Demais Receitas	9.993,8	6.025,9	-3.967,9	-39,7%	-4.440,1	-42,4%	28.472,8	25.238,4	-3.234,4	-11,4%	-4.494,0	-15,0%
d/q Operações com Ativos	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA ^{2/}	52.749,1	58.246,7	5.497,6	10,4%	3.005,4	5,4%	235.830,9	251.887,9	16.057,0	6,8%	6.009,7	2,4%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	40.564,1	43.299,3	2.735,2	6,7%	818,7	1,9%	186.873,8	199.571,2	12.697,4	6,8%	4.777,2	2,4%
2.2 Fundos Constitucionais	1.443,3	1.827,7	384,5	26,6%	316,3	20,9%	6.655,1	9.364,3	2.709,3	40,7%	2.458,6	34,9%
2.2.1 Repasse Total	2.719,2	2.701,1	-18,1	-0,7%	-146,5	-5,1%	12.792,8	13.165,4	372,6	2,9%	-183,6	-1,4%
2.2.2 Superávit dos Fundos	-1.275,9	-873,4	402,5	-31,5%	462,8	-34,6%	-6.137,7	-3.801,0	2.336,7	-38,1%	2.642,2	-40,7%
2.3 Contribuição do Salário Educação	1.660,4	1.828,5	168,1	10,1%	89,6	5,2%	9.557,4	10.471,8	914,4	9,6%	508,0	5,0%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	9.032,5	11.248,4	2.215,9	24,5%	1.789,2	18,9%	31.575,8	31.488,7	-87,1	-0,3%	-1.502,9	-4,5%
2.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	439,0	483,9	44,9	10,2%	26,4	5,7%
2.6 Demais	48,9	42,8	-6,1	-12,5%	-8,4	-16,5%	729,8	507,9	-221,9	-30,4%	-257,6	-33,3%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	179.137,1	197.976,6	18.839,5	10,5%	10.375,8	5,5%	969.309,1	1.059.971,9	90.662,7	9,4%	49.158,1	4,8%
4. DESPESA TOTAL ^{2/}	219.386,0	251.233,3	31.847,3	14,5%	21.481,9	9,4%	936.369,6	1.104.356,6	167.987,0	17,9%	128.912,1	13,0%
4.1 Benefícios Previdenciários	112.050,6	122.264,9	10.214,4	9,1%	4.920,3	4,2%	427.246,0	487.913,5	60.667,5	14,2%	42.658,4	9,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	88.001,2	95.861,6	7.860,4	8,9%	3.702,6	4,0%	333.473,7	381.088,9	47.615,2	14,3%	33.566,5	9,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios	750,4	1.412,8	662,4	88,3%	627,0	79,8%	6.396,1	26.220,4	19.824,3	309,9%	19.793,1	292,8%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	24.049,3	26.403,3	2.354,0	9,8%	1.217,7	4,8%	93.772,3	106.824,6	13.052,3	13,9%	9.091,9	9,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios	206,4	391,3	184,8	89,5%	175,1	81,0%	1.846,1	7.246,8	5.400,7	292,5%	5.387,7	276,3%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	32.668,7	33.494,9	826,1	2,5%	-717,4	-2,1%	152.097,1	177.559,5	25.462,4	16,7%	19.198,7	11,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	184,0	339,6	155,6	84,6%	147,0	76,3%	1.129,2	10.368,9	9.239,7	818,2%	9.303,6	779,6%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	31.348,0	34.848,2	3.500,2	11,2%	2.019,1	6,2%	149.953,9	191.940,8	41.986,9	28,0%	35.898,9	22,6%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	9.684,9	11.136,4	1.451,4	15,0%	993,8	9,8%	40.825,8	40.771,4	-54,4	-0,1%	-1.888,5	-4,4%
Abono	5.159,6	5.730,4	570,8	11,1%	327,0	6,1%	15.041,1	16.322,9	1.281,8	8,5%	628,3	4,0%
Seguro Desemprego	4.525,3	5.406,0	880,6	19,5%	666,8	14,1%	25.784,8	24.448,5	-1.336,2	-5,2%	-2.516,7	-9,2%
d/q Seguro Defeso	549,3	1.055,2	505,9	92,1%	480,0	83,4%	4.597,7	2.889,3	-1.708,3	-37,2%	-1.954,2	-40,2%
4.3.2 Anistiados	16,2	16,8	0,6	3,6%	-0,2	-1,1%	77,2	109,1	31,9	41,3%	29,1	35,7%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	200,3	1,3	-198,9	-99,3%	-208,4	-99,4%	3.067,5	223,4	-2.844,1	-92,7%	-3.024,8	-92,9%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	72,0	123,7	51,8	71,9%	48,4	64,2%	345,0	528,1	183,0	53,0%	170,0	46,6%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	10.391,7	11.345,8	954,2	9,2%	463,2	4,3%	51.848,4	57.321,5	5.473,1	10,6%	3.279,3	6,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	166,0	476,6	310,7	187,2%	302,8	174,3%	1.954,3	2.762,6	808,3	41,4%	730,8	35,4%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	4,9	4,9	-	4,9	-	10,4	33,4	22,9	219,9%	22,6	205,7%
4.3.7 Créditos Extraordinários	356,7	2.275,8	1.919,1	538,1%	1.902,3	509,3%	1.396,9	3.684,8	2.287,9	163,8%	2.229,0	151,0%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	28,8	32,8	4,0	14,0%	2,7	8,9%	143,5	243,9	100,4	70,0%	95,9	63,3%

Discriminação	Maio		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Mai		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.10 FUNDEB (Complem. União)	4.297,6	4.860,9	563,4	13,1%	360,3	8,0%	26.401,2	29.498,4	3.097,2	11,7%	1.980,0	7,1%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	503,6	526,9	23,3	4,6%	-0,5	-0,1%	2.123,6	2.382,3	258,7	12,2%	174,6	7,8%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.710,0	1.837,9	128,0	7,5%	47,2	2,6%	7.139,3	7.992,9	853,6	12,0%	552,7	7,3%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,1	332,0	-0,0	0,0%	-15,7	-4,5%	1.660,3	1.660,1	-0,2	0,0%	-72,6	-4,1%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	202,7	414,5	211,8	104,5%	202,2	95,2%	1.705,0	36.761,5	35.056,5	-	35.425,7	-
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	3.220,2	1.667,9	-1.552,3	-48,2%	-1.704,4	-50,5%	11.518,9	9.155,0	-2.363,9	-20,5%	-2.880,6	-23,7%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	2.164,5	1.708,8	-455,7	-21,1%	-558,0	-24,6%	8.529,4	9.323,4	794,0	9,3%	440,2	4,9%
Equalização de custeio agropecuário	148,7	146,8	-1,9	-1,3%	-8,9	-5,7%	849,3	812,1	-37,2	-4,4%	-74,4	-8,3%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{4/}	548,4	578,2	29,9	5,4%	3,9	0,7%	2.373,4	2.538,9	165,5	7,0%	64,5	2,6%
Política de preços agrícolas	13,9	0,7	-13,3	-95,0%	-13,9	-95,3%	65,5	6,5	-58,9	-90,1%	-62,6	-90,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,1	0,7	-0,5	-40,9%	-0,5	-43,6%	6,9	4,0	-2,9	-42,1%	-3,2	-44,4%
Equalização Aquisições do Governo Federal	12,8	0,0	-12,8	-99,9%	-13,4	-99,9%	58,6	2,5	-56,1	-95,7%	-59,4	-95,8%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Pronaf	667,3	727,9	60,7	9,1%	29,1	4,2%	4.070,6	4.037,4	-33,1	-0,8%	-205,7	-4,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	645,8	724,9	79,1	12,2%	48,6	7,2%	3.959,0	3.583,3	-375,7	-9,5%	-553,3	-13,2%
Concessão de Financiamento ^{5/}	21,4	3,0	-18,5	-86,1%	-19,5	-86,7%	111,5	454,1	342,6	307,2%	347,7	294,9%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	153,4	15,1	-138,3	-90,1%	-145,6	-90,6%	318,8	577,4	258,6	81,1%	248,1	73,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	47,2	51,8	4,7	9,9%	2,4	5,0%	263,1	286,6	23,6	9,0%	12,6	4,5%
Concessão de Financiamento ^{5/}	106,3	-36,7	-143,0	-	-148,0	-	55,7	290,7	235,0	422,0%	235,5	398,0%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{6/}	1,2	0,0	-1,2	-100,0%	-1,3	-100,0%	28,5	0,5	-28,0	-98,3%	-30,0	-98,4%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{5/}	431,3	139,5	-291,7	-67,6%	-312,1	-69,1%	617,9	906,7	288,8	46,7%	268,6	41,4%
Funcafé	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	95,0	109,2	14,2	14,9%	10,3	10,1%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,9	0,9	0,0	3,2%	-0,0	-1,5%	4,3	4,7	0,4	10,3%	0,3	5,7%
Fundo Nacional de desenvolvimento (FND) ^{5/}	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	200,0	100,0	-100,0	-50,0%	-109,4	-52,3%	109,9	353,2	243,3	221,4%	241,0	213,1%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remun. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	7,1	4,5	-2,6	-36,5%	-3,0	-39,1%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{8/}	-0,6	-0,5	0,1	-21,5%	0,2	-25,0%	-10,8	-27,7	-17,0	158,0%	-16,9	147,5%
Proagro	1.052,9	0,0	-1.052,9	-100,0%	-1.102,6	-100,0%	2.916,0	0,0	-2.916,0	-100,0%	-3.073,6	-100,0%

Discriminação	Maio		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Mai		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
PNAFE	0,0	-1,1	-1,1	-	-1,1	-	-4,3	-11,8	-7,5	176,2%	-7,5	163,8%
Demais Subsídios e Subvenções	2,8	-39,8	-42,6	-	-42,7	-	77,8	-156,6	-234,4	-	-239,8	-
4.3.16 Transferências ANA	5,4	28,6	23,2	428,6%	23,0	404,8%	5,8	29,5	23,6	405,7%	23,4	382,4%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL	132,1	126,5	-5,5	-4,2%	-11,8	-8,5%	864,1	545,2	-318,9	-36,9%	-365,6	-39,9%
4.3.18 Impacto Primário do FIES	193,9	115,2	-78,7	-40,6%	-87,8	-43,3%	820,9	1.000,4	179,5	21,9%	148,7	17,2%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.20 Demais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Convênios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Doações	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	43.318,7	60.625,3	17.306,6	40,0%	15.259,9	33,6%	207.072,6	246.942,8	39.870,2	19,3%	31.156,1	14,2%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	30.930,2	30.964,8	34,5	0,1%	-1.426,8	-4,4%	150.769,3	153.521,9	2.752,7	1,8%	-3.809,4	-2,4%
4.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.680,9	2.070,1	389,2	23,2%	309,8	17,6%	8.261,8	9.280,5	1.018,7	12,3%	666,8	7,6%
4.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	13.638,3	12.960,3	-678,0	-5,0%	-1.322,3	-9,3%	68.518,9	64.672,7	-3.846,2	-5,6%	-6.884,2	-9,5%
4.4.1.3 Saúde	13.806,1	13.953,6	147,5	1,1%	-504,8	-3,5%	67.331,8	72.304,5	4.972,7	7,4%	2.089,7	2,9%
4.4.1.4 Educação	1.142,1	1.278,9	136,8	12,0%	82,9	6,9%	3.740,1	4.289,4	549,3	14,7%	388,6	9,9%
4.4.1.5 Demais	662,8	701,8	39,0	5,9%	7,7	1,1%	2.916,7	2.974,9	58,2	2,0%	-70,4	-2,3%
4.4.2 Discricionárias	12.388,5	29.660,5	17.272,1	139,4%	16.686,7	128,6%	56.303,4	93.420,9	37.117,5	65,9%	34.965,4	58,8%
4.4.2.1 Saúde	3.015,3	15.214,8	12.199,5	404,6%	12.057,1	381,8%	12.937,9	29.035,0	16.097,1	124,4%	15.601,9	114,2%
4.4.2.2 Educação	1.759,8	3.141,4	1.381,6	78,5%	1.298,4	70,5%	10.570,3	22.249,9	11.679,6	110,5%	11.376,8	101,8%
4.4.2.3 Defesa	956,9	927,4	-29,6	-3,1%	-74,8	-7,5%	3.670,1	3.350,8	-319,3	-8,7%	-484,0	-12,5%
4.4.2.4 Transporte	980,4	1.452,9	472,6	48,2%	426,2	41,5%	4.859,4	5.346,8	487,4	10,0%	269,3	5,2%
4.4.2.5 Administração	777,0	876,5	99,5	12,8%	62,8	7,7%	2.810,9	3.347,4	536,5	19,1%	418,3	14,1%
4.4.2.6 Ciência e Tecnologia	604,8	737,9	133,1	22,0%	104,5	16,5%	3.398,6	3.961,5	562,9	16,6%	420,2	11,7%
4.4.2.7 Segurança Pública	280,4	436,4	156,0	55,6%	142,7	48,6%	1.313,9	1.579,5	265,6	20,2%	210,4	15,2%
4.4.2.8 Assistência Social	357,4	1.067,3	709,9	198,7%	693,0	185,2%	2.542,8	4.467,9	1.925,0	75,7%	1.835,0	68,4%
4.4.2.9 Demais	3.656,6	5.806,0	2.149,5	58,8%	1.976,7	51,6%	14.199,5	20.082,1	5.882,6	41,4%	5.317,3	35,5%
5. RESULT PRIMÁRIO GOV CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	-40.248,9	-53.256,7	-13.007,8	32,3%	-11.106,2	26,3%	32.939,5	-44.384,7	-77.324,3	-	-79.754,0	-
6. AJUSTES METODOLÓGICOS	10,0						843,2					
6.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU ^{9/}	0,0						0,0					
6.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA ^{10/}	10,0						843,2					
6.3 Ajuste Metodológico Recursos Não Sacados do PIS/PASEP (EC nº 126,	0,0						0,0					
6.4 Ajuste Metodológico Compensações LC nº 194/2022 (pré-Acordo Uni	0,0						0,0					
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	2.887,7						-2.578,7					
8. RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL - ABAIXO DA LINHA (5 + 6 + 7)	-37.351,1						31.204,0					
9. JUROS NOMINAIS ^{13/}	-83.687,7						-314.209,6					
10. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8 + 9) ^{14/}	-121.038,8						-283.005,6					

Discriminação	Maio		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Mai		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
Memorando												
Arrecadação Líquida para o RGPS	55.895,3	61.610,4	5.715,0	10,2%	3.074,1	5,3%	272.955,9	302.207,6	29.251,7	10,7%	13.649,3	10,1%
Arrecadação Ordinária	55.895,3	61.610,4	5.715,0	10,2%	3.074,1	5,3%	272.955,9	302.207,6	29.251,7	10,7%	13.649,3	10,1%
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Custeio Administrativo	5.254,7	6.588,7	1.334,0	25,4%	1.085,7	19,7%	23.494,7	27.023,3	3.528,5	15,0%	2.212,1	14,2%
Investimento	5.887,6	10.720,7	4.833,0	82,1%	4.554,9	73,9%	22.232,3	41.533,3	19.300,9	86,8%	18.082,4	82,3%
PAC ^{15/}	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Minha Casa Minha Vida ^{16/}	601,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	3.648,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição (conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012).

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

5/ Concessão de empréstimos menos retornos.

6/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

7/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

8/ Receitas referentes à devolução de diferencial de encargo, à atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

9/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

10/ Sistemática de registros nas estatísticas fiscais dos subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 do TCU. Nesta nova sistemática, o BCB passou a incorporar mensalmente os efeitos fiscais desses eventos segundo o critério de competência na apuração abaixo da linha, enquanto que a STN registra semestralmente impactos quando dos pagamentos dos saldos apurados pelas instituições financeiras operadoras dos programas.

11/ Ajuste Metodológico referente ao ingresso de recursos do PIS/Pasep não reclamados por prazo superior a 20 (vinte) anos, nos termos do art. 121 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 126/2022. Enquanto na metodologia acima

12/ Refere-se aos valores das compensações pelas perdas do ICMS no âmbito da LC nº 194/2022 compensados por liminares antes do acordo celebrado entre a União e os Estados e o DF no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.191. Nas estatísticas acima da linha, esses valores foram registrados retroativamente, nos respectivos meses nos quais as parcelas das dívidas efetivamente deixaram de ser pagas à União. Já nas estatísticas abaixo da linha, tal montante impactou em sua totalidade o mês de dezembro/2023, mês no qual ocorreu a baixa dos ativos da União em decorrência das referidas compensações.

13/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil.

14/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Não considera desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

15/ A partir de 2020, a Secretaria do Tesouro Nacional não divulga as despesas relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento de modo segregado.

16/ A partir de 2026, a Secretaria do Tesouro Nacional não divulga as despesas relativas ao Programa Minha Casa Minha Vida de modo segregado.

Tabela 3.2. Transferências e despesas primárias - critério "valor pago" - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Maio		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Mai		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	52.522,3	58.238,0	5.715,7	10,9%	3.234,2	5,9%	234.348,5	251.657,8	17.309,3	7,4%	7.350,3	3,0%
1.1 FPM / FPE / IPI-EE	40.564,1	43.299,3	2.735,2	6,7%	818,7	1,9%	186.873,8	199.571,2	12.697,4	6,8%	4.777,2	2,4%
1.2 Fundos Constitucionais	1.443,3	1.827,7	384,5	26,6%	316,3	20,9%	6.655,1	9.364,3	2.709,3	40,7%	2.458,6	34,9%
1.2.1 Repasse Total	2.719,2	2.701,1	- 18,1	-0,7%	- 146,5	-5,1%	12.792,8	13.165,4	372,6	2,9%	-183,6	-1,4%
1.2.2 Superávit dos Fundos	- 1.275,9	- 873,4	402,5	-31,5%	462,8	-34,6%	-6.137,7	-3.801,0	2.336,7	-38,1%	2.642,2	-40,7%
1.3 Contribuição do Salário Educação	1.660,4	1.828,5	168,1	10,1%	89,6	5,2%	9.557,4	10.471,8	914,4	9,6%	508,0	5,0%
1.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais (Compensações Financeiras)	8.805,6	11.239,7	2.434,1	27,6%	2.018,0	21,9%	30.093,4	31.258,5	1.165,2	3,9%	-162,4	-0,5%
1.5 CIDE - Combustíveis	-	-	-	-	-	-	439,0	483,9	44,9	10,2%	26,4	5,7%
1.6 Demais	48,9	42,8	- 6,1	-12,5%	- 8,4	-16,5%	729,8	507,9	-221,9	-30,4%	-257,6	-33,3%
1.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.2 Concurso de Prognóstico	-	-	-	-	-	-	0,0	10,1	10,1	-	10,2	-
1.6.3 IOF Ouro	2,3	2,8	0,5	23,8%	0,4	18,2%	11,3	17,0	5,8	51,2%	5,4	45,2%
1.6.4 ITR	46,6	40,0	- 6,7	-14,3%	- 8,9	-18,2%	588,7	339,0	-249,7	-42,4%	-278,9	-44,7%
1.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	-	-	-	-	-	-	129,8	141,7	11,9	9,2%	5,7	4,2%
1.6.6 Outras	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESA TOTAL	219.229,9	251.390,9	32.161,0	14,7%	21.803,0	9,5%	936.022,0	1.103.272,2	167.250,2	17,9%	128.177,3	13,0%
2.1 Benefícios Previdenciários	112.016,3	122.264,9	10.248,6	9,1%	4.956,2	4,2%	427.192,3	487.913,5	60.721,2	14,2%	42.714,6	9,5%
2.2 Pessoal e Encargos Sociais	32.768,2	33.574,2	806,1	2,5%	- 742,1	-2,2%	151.604,0	176.878,6	25.274,6	16,7%	19.025,0	11,9%
2.2.1 Ativo Civil	14.971,4	15.608,2	636,8	4,3%	- 70,5	-0,4%	70.493,2	79.924,3	9.431,1	13,4%	6.499,3	8,7%
2.2.2 Ativo Militar	2.662,1	3.058,5	396,4	14,9%	270,7	9,7%	13.918,0	14.965,1	1.047,1	7,5%	456,6	3,1%
2.2.3 Aposentadorias e pensões civis	9.531,7	9.180,5	- 351,2	-3,7%	- 801,6	-8,0%	41.520,3	44.686,0	3.165,7	7,6%	1.408,4	3,2%
2.2.4 Reformas e pensões militares	5.424,8	5.497,0	72,3	1,3%	- 184,0	-3,2%	24.574,6	27.059,2	2.484,6	10,1%	1.448,6	5,6%
2.2.5 Sentenças e Precatórios	178,3	230,0	51,8	29,0%	43,3	23,2%	1.097,9	10.244,1	9.146,2	833,1%	9.212,0	794,2%
2.2.6 Outros	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3 Outras Despesas Obrigatórias	31.347,1	34.855,7	3.508,6	11,2%	2.027,6	6,2%	150.025,4	191.993,1	41.967,8	28,0%	35.876,0	22,6%
2.3.1 Abono e seguro desemprego	9.684,9	11.136,4	1.451,4	15,0%	993,8	9,8%	40.825,8	40.771,4	-54,4	-0,1%	-1.888,5	-4,4%
2.3.2 Anistiados	16,2	16,8	0,6	3,7%	- 0,2	-1,0%	77,0	109,1	32,0	41,6%	29,3	36,0%
2.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	200,3	1,3	- 199,0	-99,3%	- 208,4	-99,4%	3.067,5	223,4	-2.844,1	-92,7%	-3.024,8	-92,9%
2.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	72,0	124,0	51,9	72,1%	48,5	64,3%	345,4	528,6	183,2	53,1%	170,2	46,6%
2.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	10.391,6	11.345,8	954,2	9,2%	463,2	4,3%	51.849,0	57.321,4	5.472,4	10,6%	3.278,6	6,0%
2.3.5.1 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Benefícios	10.225,7	10.869,2	643,5	6,3%	160,3	1,5%	49.894,7	54.558,8	4.664,1	9,3%	2.547,9	4,8%
2.3.5.2 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Sentenças e Precatórios	165,9	476,6	310,7	187,3%	302,9	174,3%	1.954,3	2.762,6	808,3	41,4%	730,7	35,4%
2.3.6 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	-	4,9	4,9	-	- 4,9	-	10,4	33,4	22,9	219,9%	22,6	205,7%
2.3.7 Créditos Extraordinários	357,6	2.275,6	1.918,1	536,4%	1.901,2	507,7%	1.398,9	3.713,3	2.314,4	165,5%	2.256,0	152,7%
2.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	28,8	32,8	4,0	14,0%	2,7	8,9%	143,5	243,9	100,4	70,0%	95,9	63,3%
2.3.10 FUNDEB (Complem. União)	4.297,6	4.860,9	563,4	13,1%	360,3	8,0%	26.401,2	29.498,4	3.097,2	11,7%	1.980,0	7,1%
2.3.11 Fundo Constitucional DF	504,2	526,9	22,8	4,5%	- 1,0	-0,2%	2.129,5	2.382,8	253,3	11,9%	168,8	7,5%
2.3.12 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	1.657,7	1.845,3	187,5	11,3%	109,2	6,3%	7.022,6	8.017,2	994,5	14,2%	699,5	9,4%
2.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,1	332,0	- 0,0	0,0%	- 15,7	-4,5%	1.660,3	1.660,1	-0,2	0,0%	-72,6	-4,1%
2.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	252,5	414,5	162,0	64,1%	150,0	56,7%	1.884,5	36.760,2	34.875,6	-	35.235,1	-
2.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	3.220,2	1.667,9	- 1.552,3	-48,2%	- 1.704,4	-50,5%	11.518,9	9.155,0	-2.363,9	-20,5%	-2.880,6	-23,7%
2.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	148,7	146,8	- 1,9	-1,3%	- 8,9	-5,7%	849,3	812,1	-37,2	-4,4%	-74,4	-8,3%

Discriminação	Maio		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Mai		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
2.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	548,4	578,2	29,8	5,4%	3,9	0,7%	2.373,4	2.538,9	165,5	7,0%	64,5	2,6%
2.3.15.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,1	0,7	-0,5	-40,9%	0,5	-43,6%	6,9	4,0	-2,9	-42,1%	-3,2	-44,4%
2.3.15.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.5 Garantia à Sustentação de Preços	12,8	0,0	-12,8	-99,9%	13,4	-99,9%	58,6	2,5	-56,1	-95,7%	-59,4	-95,8%
2.3.15.6 Pronaf	667,3	727,9	60,6	9,1%	29,1	4,2%	4.070,6	4.037,4	-33,1	-0,8%	-205,7	-4,8%
2.3.15.7 Proex	153,4	15,1	-138,3	-90,1%	145,6	-90,6%	318,8	577,4	258,6	81,1%	248,1	73,4%
2.3.15.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	1,2	-	-1,2	-100,0%	1,3	-100,0%	28,5	0,5	-28,0	-98,3%	-30,0	-98,4%
2.3.15.9 Álcool	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.10 Fundo da terra/ INCRA	431,3	139,5	-291,7	-67,6%	312,1	-69,1%	617,9	906,7	288,8	46,7%	268,6	41,4%
2.3.15.11 Funcafé	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.12 Revitaliza	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	-	-	-	-	-	-	95,0	109,2	14,2	14,9%	10,3	10,1%
2.3.15.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,9	0,9	0,0	3,2%	0,0	-1,5%	4,3	4,7	0,4	10,3%	0,3	5,7%
2.3.15.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	200,0	100,0	-100,0	-50,0%	109,4	-52,3%	109,9	353,2	243,3	221,4%	241,0	213,1%
2.3.15.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	-	-	-	-	-	-	7,1	4,5	-2,6	-36,5%	-3,0	-39,1%
2.3.15.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-	0,6	0,5	21,5%	0,2	-25,0%	-10,8	-27,7	-17,0	158,0%	-16,9	147,5%
2.3.15.19 Proagro	1.052,9	-	-1.052,9	-100,0%	1.102,6	-100,0%	2.916,0	0,0	-2.916,0	-100,0%	-3.073,6	-100,0%
2.3.15.20 PNAFE	-	1,1	1,1	-	1,1	-	-4,3	-11,8	-7,5	176,2%	-7,5	163,8%
2.3.15.21 - Fundo Nacional do Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.22 - Sudene (Microcrédito Produtivo Orientado)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.23 - Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.24 - Securitização da dívida agrícola (Lei 9.318/1595)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.25 - Capitalização à Emgea	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.26 - Cacau	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.27 Demais Subsídios e Subvenções	2,8	39,8	42,6	-	42,7	-	77,8	-156,6	-234,4	-	-239,8	-
2.3.16 Transferências ANA	5,4	28,6	23,2	428,6%	23,0	404,8%	5,8	29,5	23,6	405,7%	23,4	382,4%
2.3.17 Transferências Multas ANEEL	132,1	126,5	-5,5	-4,2%	11,8	-8,5%	864,1	545,2	-318,9	-36,9%	-365,6	-39,9%
2.3.18 Impacto Primário do FIES	193,9	115,2	-78,7	-40,6%	87,8	-43,3%	820,9	1.000,4	179,5	21,9%	148,7	17,2%
2.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.20 Demais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	43.098,3	60.696,0	17.597,7	40,8%	15.561,4	34,5%	207.200,4	246.486,9	39.286,5	19,0%	30.561,8	14,0%
2.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	30.938,5	30.811,7	-126,8	-0,4%	1.588,6	-4,9%	150.760,7	153.036,3	2.275,6	1,5%	-4.289,9	-2,7%
2.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.681,3	2.059,9	378,5	22,5%	299,1	17,0%	8.261,2	9.250,8	989,7	12,0%	637,6	7,3%
2.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	13.642,0	12.896,3	-745,7	-5,5%	1.390,2	-9,7%	68.512,0	64.470,2	-4.041,8	-5,9%	-7.081,1	-9,8%
2.4.1.3 Saúde	13.809,8	13.884,7	74,8	0,5%	577,6	-4,0%	67.330,4	72.076,6	4.746,2	7,0%	1.861,4	2,6%
2.4.1.4 Educação	1.142,4	1.272,6	130,2	11,4%	76,2	6,4%	3.740,4	4.273,5	533,1	14,3%	372,2	9,5%
2.4.1.5 Demais	662,9	698,3	35,4	5,3%	4,0	0,6%	2.916,7	2.965,3	48,5	1,7%	-80,1	-2,6%
2.4.2 Discricionárias	12.159,8	29.884,3	17.724,5	145,8%	17.150,0	134,7%	56.439,7	93.450,5	37.010,9	65,6%	34.851,7	58,5%
2.4.2.1 Saúde	2.959,6	15.329,6	12.370,0	418,0%	12.230,1	394,6%	12.941,4	29.103,3	16.161,8	124,9%	15.666,7	114,7%
2.4.2.2 Educação	1.727,3	3.165,1	1.437,8	83,2%	1.356,2	75,0%	10.595,3	22.241,3	11.646,0	109,9%	11.342,1	101,3%
2.4.2.3 Defesa	939,3	934,4	-4,9	-0,5%	49,3	-5,0%	3.676,1	3.346,5	-329,5	-9,0%	-494,5	-12,8%
2.4.2.4 Transporte	962,3	1.463,9	501,6	52,1%	456,1	45,3%	4.877,1	5.339,9	462,8	9,5%	243,7	4,7%
2.4.2.5 Administração	762,6	883,1	120,5	15,8%	84,5	10,6%	2.814,0	3.345,3	531,4	18,9%	413,0	13,9%
2.4.2.6 Ciência e Tecnologia	593,7	743,5	149,8	25,2%	121,7	19,6%	3.406,9	3.953,1	546,3	16,0%	403,1	11,2%
2.4.2.7 Segurança Pública	275,2	439,7	164,5	59,8%	151,5	52,6%	1.317,3	1.578,4	261,1	19,8%	205,7	14,8%

Discriminação	Maio		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Mai		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
2.4.2.8 Assistência Social	350,8	1.075,3	724,6	206,6%	708,0	192,7%	2.551,1	4.465,9	1.914,8	75,1%	1.824,5	67,8%
2.4.2.9 Demais	3.589,1	5.849,8	2.260,8	63,0%	2.091,2	55,6%	14.260,6	20.076,8	5.816,2	40,8%	5.247,5	34,9%
Memorando												
m. Créditos Extraordinários	357,6	2.275,6	1.918,1	536,4%	1.901,2	507,7%	1.398,9	3.713,3	2.314,4	165,5%	2.256,0	152,7%
m.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo (Créditos Extraordinários)	4,2	57,7	53,5	-	53,3	-	61,1	293,4	232,3	380,4%	232,7	358,2%
m.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores públicos (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%
m.1.2 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Bolsa Família e Auxílio Brasil (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
m.1.3 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Saúde (Créditos Extraordinários)	2,7	0,3	- 2,4	-89,4%	- 2,5	-89,9%	31,2	7,9	-23,3	-74,7%	-25,0	-75,7%
m.1.4 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Educação (Créditos Extraordinários)	1,2	0,0	- 1,2	-97,4%	- 1,2	-97,5%	28,1	0,9	-27,3	-96,9%	-29,3	-97,1%
m.1.5 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Demais (Créditos Extraordinários)	0,4	57,4	57,0	-	57,0	-	1,7	284,6	282,9	-	287,0	-
m.2 - Discricionárias (Créditos Extraordinários)	353,3	2.217,9	1.864,6	527,7%	1.847,9	499,4%	1.337,8	3.419,9	2.082,1	155,6%	2.023,3	143,2%
m.2.1 - Discricionárias - Saúde (Créditos Extraordinários)	35,0	0,2	- 34,9	-99,5%	- 36,5	-99,5%	66,4	34,4	-32,1	-48,2%	-34,9	-49,9%
m.2.2 - Discricionárias - Educação (Créditos Extraordinários)	3,6	5,5	2,0	55,1%	1,8	48,1%	12,5	20,3	7,9	63,1%	7,4	56,5%
m.2.3 - Discricionárias - Defesa (Créditos Extraordinários)	57,6	3,5	- 54,1	-94,0%	- 56,8	-94,3%	253,6	38,3	-215,3	-84,9%	-228,9	-85,4%
m.2.4 - Discricionárias - Transporte (Créditos Extraordinários)	74,4	14,5	- 59,8	-80,5%	- 63,3	-81,3%	276,1	166,9	-109,2	-39,6%	-121,5	-41,7%
m.2.5 - Discricionárias - Administração (Créditos Extraordinários)	0,1	0,1	- 0,1	-36,8%	- 0,1	-39,7%	3,1	2,8	-0,3	-9,0%	-0,4	-13,5%
m.2.6 - Discricionárias - Ciência e Tecnologia (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,7	0,7	-	0,7	-
m.2.7 - Discricionárias - Segurança Pública (Créditos Extraordinários)	116,7	149,9	33,2	28,4%	27,6	22,6%	333,9	448,2	114,2	34,2%	99,5	28,2%
m.2.8 - Discricionárias - Assistência Social (Créditos Extraordinários)	11,5	16,1	4,6	40,0%	4,1	33,7%	95,2	86,0	-9,3	-9,7%	-13,8	-13,6%
m.2.9 - Discricionárias - Demais (Créditos Extraordinários)	54,4	2.028,2	1.973,7	-	1.971,2	-	297,0	2.622,4	2.325,4	782,9%	2.315,1	737,9%

Obs.: Dados sujeitos à alteração.